

A woman with a female symbol drawn on her face is shouting into a megaphone. She is wearing a black top and has a red sash. The background is a blurred crowd of people. The image is framed by large purple circular shapes at the top and bottom.

Revista Digital das Mulheres Socialistas

4^a Edição

Expediente

Secretária Nacional de Mulheres - Dora Pires

Produção e Textos - Jaqueline Nunes

Projeto gráfico e Diagramação - Heloisa Fernandes

Colaboração: Daniella Valença e Saly Carvalho

Fotos: Heloísa Fernandes, divulgação e arquivo.

Endereço: CLN 304 - Bloco A, sobreloja I

CEP: 70.736-510 | Telefone: (61) 98279-2716

Seções:

Palavra da Secretária	03
Parlamentares em Ação	04
Agenda da Secretaria	09
SNM nos Estados	12
Violência Política de Gênero	16
Campanha Carnaval	20
Protocolo Não é não	21
Bloco Mamas Saudáveis	23
8 de Março SNM	24
Marielle Franco	25
Ministério das Mulheres	26

Palavra da Secretária



É com imensa satisfação que damos início a mais uma edição da nossa revista trimestral, um espaço dedicado à promoção do debate, da informação e da conexão entre todas nós que fazemos parte da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB - Conselho Político Nacional de Mulheres.

Nesta edição, temos o privilégio de abordar uma ampla gama de temas que refletem nossa atuação incansável em prol dos direitos e da igualdade das mulheres em todo o país. Desde a consolidação da presença da nossa Secretaria nos Estados até o acompanhamento atento das agendas parlamentares, estamos ativas e engajadas em todas as frentes.

O mês de março, marcado pelo Dia Internacional da Mulher, nos inspira a refletir sobre os avanços conquistados e os desafios que ainda enfrentamos no Brasil. É uma oportunidade para celebrar nossas conquistas, reafirmar nossos compromissos e mobilizar-nos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não poderíamos deixar de abordar também as iniciativas do Ministério das Mulheres em prol do empoderamento e da proteção das mulheres em nosso país.

Ainda nesta edição, apresentamos eventos recentes que marcaram a nossa agenda política, como a campanha no Carnaval e o bloco "Mamas Saudáveis", que reforçam nosso compromisso com a saúde e o bem-estar das mulheres.

Ainda em meio aos acontecimentos de março, reforçamos nossa campanha pelo fim da Violência Política de Gênero por meio do revoltante assassinato da vereadora Marielle Franco, que teve desdobramentos neste ano.

Que esta edição seja fonte de inspiração e motivação para todas nós, fortalecendo nossa união e determinação na construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as mulheres.

Com carinho,
Dora Pires

Secretária Nacional de Mulheres do PSB

PARLAMENTARES EM AÇÃO



A senadora Ana Paula Lobato, vice-líder do PSB no Senado Federal, tem protagonizado um mandato em defesa dos direitos das mulheres, da saúde pública, da democracia e do desenvolvimento social e econômico do país.

Ela é uma das autoras do Requerimento 157/2024, que cria a CPI que visa investigar crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres, ocorridos de 2019 até hoje. A investigação se baseará em diversos estudos e levantamentos. O objetivo é investigar como o poder público agiu ou deixou de agir na implementação das leis de proteção às mulheres. Além disso, busca-se apurar as responsabilidades legais por não cumprir a legislação pertinente.

Mais dignidade para a população de rua

Preocupada com as questões sociais, a senadora também apresentou o PL nº 901/2024, que concede prioridade e gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua para a emissão de documentos pessoais.

A proposta confere mais dignidade para essa população porque facilita a emissão de documentos como Certidão de Nascimento ou Casamento, Carteira de Identidade Nacional (CIN), Certificado de Alistamento Militar, Título de Eleitor, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social e Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). A proposta também dispensa a necessidade de agendamento prévio, seja presencial ou online.





2023 com saldo vitorioso

Em 2023 não foi diferente, a senadora Ana fechou o ano com saldo positivo. Ela foi a relatora, no Senado, dos projetos que viraram a Lei 14.541/23, que cria Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher; e a Lei 14725/23, que regulamenta a profissão de sanitaristas.

Além deste, outros dois projetos foram aprovados no Senado e estão, agora, em tramitação na Câmara dos Deputados. O primeiro é o PL 1.713/2022, que trata sobre o aumento do prazo para a vítima de violência doméstica fazer queixa contra o agressor; o segundo é o PL 1054/2019, que concede à gestante o direito de remarcar a prova de aptidão física em concurso público.

MAIS PROTEÇÃO PARA AS VÍTIMAS

○ Senado Federal também analisa dois outros importantes projetos de Lei, de autoria da senadora Ana Paula, que propõem aumentar os prazos de prescrição para a punição de quem comete crimes sexuais praticados no âmbito das relações de trabalho. Segundo a parlamentar, em muitos casos as vítimas ficam em silêncio com medo de perder o emprego ou sofrer retaliações no trabalho. Essas matérias serão um poderoso instrumento para mudar este triste cenário

Sob os números 5.993/2023 e 5.994/2023, os projetos propõem alterações no Código Civil e no Código Penal com a finalidade de estender para cinco anos o prazo para que a vítima possa pedir indenização nos casos de assédio sexual praticado no ambiente de trabalho. A senadora entende que o prazo atual - três anos - é muito curto, o que leva muitas mulheres a perderem a oportunidade de buscar reparação. Para a parlamentar, um período mais longo é o ideal para oferecer às vítimas mais tempo para superar o trauma e tomar medidas legais.

Lídice da Mata:



A deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou, na Câmara, o (PL) nº 746/24 que dispõe sobre regras de distribuição de produtos por entregadores que prestam serviço por intermédio de empresas de aplicativo. O objetivo é trazer mais segurança a trabalhadores e consumidores, fazendo com que se tornem obrigatórias as entregas na portaria de residências e edifícios comerciais ou moradia.

Mulher

No dia 5 de março, o Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 754/23, da deputada Lídice da Mata (PSB-BA), que prevê a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência na Voz do Brasil, programa de rádio de alcance nacional, com informações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O texto será votado no Senado.

A deputada socialista apresentou requerimento a realização de Sessão Solene em alusão às vítimas de feminicídio (*in memória*) representadas pela artista venezuelana Julieta Ines Hernández Martinez, brutalmente assassinada no Amazonas em 23 de dezembro de 2023.



Bahia

Lídice apresentou Indicação ao Poder Executivo em que sugere a criação e a instalação de uma nova Superintendência do INSS na Bahia.

Tabata Amaral:

Ações dos primeiros três meses - Legislativo



- Implementação da licença paternidade pela CONAB: Instituição está implementando a licença nos moldes do PL do GT
- Aprovado PL de Cotas em Conselhos na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.
- Aprovado NEM com contribuições do mandato da Tabata.
- Emenda 73: Inclui competências socioemocionais na educação e insere na LDB que "Os currículos do ensino médio assegurarão aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida.
- Emenda 95: Estabelece que o Ensino Presencial é a regra do Ensino Médio "formação geral básica (FGB) e itinerários formativos". Antes, o texto dizia que era a regra apenas para a FGB. A partir da nossa emenda da parlamentar, também será a regra para os itinerários formativos. Em ambos os casos, cabe exceção (ensino mediado por tecnologia) na regulamentação (escolas isoladas do norte, EJA, etc).
- Emenda 96: No último relatório, os alunos que escolhessem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teriam um mínimo de apenas 1.800 horas-aula. A partir da emenda de tabta, esse número subiu para 2.100h com a possibilidade de integralização de 300h do conteúdo da FGB na formação do EPT, quando houver compatibilidade.
- Emenda 74: O ENEM, a partir de 2027, contemplará a Formação Geral Básica e também os percursos de aprofundamento. Ou seja, vai compreender os dois âmbitos do Ensino Médio.
- REQ de urgência ao PL 5696/2023 aprovado no Plenário (em que Tabata é coautora): Para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino.

- A deputada participou, por meio da assessoria da Frente Parlamentar da Educação, da Conferência Nacional de Educação.
- Em janeiro, foram sancionados pelo Presidente da República, os PLs de Saúde Mental da Comunidade Escolar e PL da Poupança Ensino Médio.
- Foi protocolado o PL com coautoria da Tabata, é que estabelece ações de promoção da saúde mental da pessoa idosa e de suas cuidadoras no Sistema Único de Saúde (SUS)

Ações dos primeiros três meses - Fiscalização SP

- Denúncia: Denunciou ao Procon a falta de ar condicionado em ônibus de São Paulo e pediu a tomada de providências.
- Ofício com pedido de fiscalização: Solicitou a averiguação e monitoramento por parte da CGM/SP em relação ao sobrepreço na licitação.
- Ofício com pedido de fiscalização: Solicitou que o TCM-SP apure os motivos pelos quais houve atrasos de repasse de recursos por parte da SME e, tome providências para que a regularidade dos pagamentos dos repasses seja normalizada e cumprida conforme previstas nas normativas municipais.
- Representação N° MP2580.0000030/2024: Solicitou a atuação da Promotoria para conseguir as vagas de crianças no Fundamental I, efetivando o direito constitucional à educação.
- Ofício com pedido de fiscalização: Solicitou que o TCM/SP promova auditoria para averiguar o superfaturamento de garrafas d'água compradas pela prefeitura no carnaval a valor unitário de R\$5,00.
- Representação DPT Engenharia: Solicitou a averiguação de eventuais irregularidades. A DPT Engenharia é uma empresa cujo proprietário é o filho do padrinho do prefeito Ricardo Nunes.
- Ofício com pedido de fiscalização: Nos contratos de concessão de ônibus de São Paulo é previsto que a remuneração das empresas varie de acordo com o indicador de qualidade. Após informados pela própria SPTrans (via Lei de Acesso a Informação) de que atualmente esse indicador não é utilizado, a parlamentar informou o TCM e solicitamos que se audite e fiscalize esse descumprimento.
- Representação (0279.0000149/2024): A Prefeitura Municipal alterou a meta relacionada à mortalidade no trânsito no âmbito do seu do Programa de Metas. Tabata solicitou que o MPSP investigue a motivação do ato, após o aumento no número de mortes em 2023.

AGENDA DA SECRETARIA

Nestes primeiros meses do ano, a Secretaria Nacional de Mulheres do PSB já iniciou os trabalhos relacionados ao grande evento político de 2024: as eleições municipais. Entre conversas com parlamentares, outros membros do partido socialista, representantes do governo e militantes dos movimentos organizados, a pauta da Violência Política de Gênero é a que mais aparece, pois, em anos eleitorais os índices mostram que ainda há muito o que ser feito.

Logo no início de fevereiro, Dora Pires foi ao Ceará para o Ato de Filiação de mais de vinte novas companheiras ao PSB, juntamente ao senador, Cid Gomes, a ex governadora Izolda Cela, atual secretária-executiva do MEC - Governo Lula e prefeitos e lideranças do estado.



Dora Pires, acompanhada da secretária estadual de Mulheres do Ceará, Daniele Pimentel, com as novas filiadas em ato realizado no Ceará.

O vice-presidente da Fundação João Mangabeira, Alexandre Navarro, Dora Pires, o presidente do PSB Ceará, Eudoro Santana e a secretária estadual de Mulheres do PSB/CE, Daniele Pimentel.

Em Brasília, a secretária prestigiou a cerimônia de posse da deputada distrital do PSB, Dayse Amarílio, como Procuradora Especial da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O QUE É A PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER?

É um espaço dentro dos parlamentos com o objetivo de promover a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher, além de atuar no enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdade de gênero.

É uma grande vitória termos uma socialista neste espaço!



Dora Pires, a deputada distrital Dayse Amarílio e o presidente do PSB/DF, Rodrigo Dias.



Na mesma data, foram realizadas audiências importantes com membros do Partido. Dora Pires recebeu a secretária Estadual de Mulheres do Maranhão, Marileide Costa, e a vice-presidente do PSB/PI, Diana Paula Guerra. A ex-secretária de Mulheres do DF, Yara Gouvêa, também foi recebida pela secretária. O secretário Nacional do Movimento Popular Socialista, Acilino Ribeiro, também se reuniu com a secretária para tratar das eleições femininas do MPS e da conjuntura política nacional.

Já em março, quando voltou ao Distrito Federal para as agendas do 8M, Dora Pires esteve reunida com parte da Coordenação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos para tratar da organização dos Fóruns Estaduais e das Eleições de 2024.

Luciana Loureiro, representante Nacional das Mulheres do PSDB com, Anne Moura, coordenadora Nacional de Mulheres do PT e Dora Pires.





A ex-secretária estadual de Mulheres do Mato Grosso do Sul, Lilian Fernandes, esteve com Dora Pires em 6 de março para tratar sobre políticas para mulheres e a realidade feminina nos sindicatos. Atualmente, Lilian presidente a Central das Entidades de Servidores Públicos.

Finalizando as agendas, ela recebeu a secretária Nacional do LGBT Socialista, Tathiane Araújo, e a vereadora de Uberlândia/GO Gilvan Masferrer, que veio à sede nacional para se filiar ao Partido, junto a algumas apoiadoras – novas militantes que serão, também, pré-candidatas pelo segmento



SNM NOS ESTADOS



Espírito Santo



A secretária estadual de Mulheres, Sonia Damasceno, e a vereadora Patrícia Crizanto foram homenageadas com a medalha Mariazinha Velloso Lucas, durante o IV Fórum das Mandatárias Capixabas, em 20 de março.

Minas Gerais

- Mobilização em Belo Horizonte na luta pela Paz, contra a violência e pelos Direitos Humanos em janeiro.
- Foi realizado o Circuito Estadual de Formação Política para Mulher, evento ocorrido em municípios mineiros com debates e palestras relacionadas à importância da participação feminina na política e à luta pelo fim da violência contra a mulher.
- Ato na Praça Sete, em Belo Horizonte, em alusão ao 8 de Março.
- Reunião de alinhamento e debate sobre o trabalho da Secretaria de Mulheres nos municípios mineiros em 1º de março.
- Reunião com Secretaria de Mulheres de Ribeirão das Neves/MG em 3 de março.



Pará



Filiação de novas companheiras: Laélia Brito, Thais Montoril e Jocineide Cunha; e Filiação e lançamento da pré-candidatura a vereadora de Gleyce Kelly dos Ritmos (Ananindeua/PA), Tati Ribeiro (Belém/PA)

- Campanha Janeiro Branco, Mês de Conscientização da Saúde Mental e Emocional; **(Clique aqui e veja!)**
- Mobilização para Ato Contra Femicídio, no local do julgamento do assassinato de Dayse Dayana, feminicídio ocorrido em 2011. **(Clique aqui e veja!)**

Pernambuco



Atos de filiação de Andrezza Romero, Maria do Céu e Priscila Ferraz.



A secretária estadual de Mulheres do PSB/PE, Niedja Guimarães, e a representante da Fundação João Mangabeira em Pernambuco, Camila Barros, estiveram no lançamento do edital Inova Mulher, na sede da Sudene. O projeto tem como objetivo fortalecer o empreendedorismo inovador feminino no estado.



Caminhada do 8 de março

Reunião com secretária Nacional, Dora Pires, na sede do PSB Pernambuco

São Paulo

A secretária Estadual de Mulheres do PSB/SP, Ariana Paula, e a secretária Municipal de Mulheres de Indaiatuba Gê, estiveram em formação na Câmara Municipal de Campinas para a temática “Eleições 2024”, a fim de multiplicar os conhecimentos com as mulheres pré-candidatas.



Também foi realizado diálogo com as Mulheres de Indaiatuba sobre a importância da Secretaria de Mulheres do PSB nos municípios e para o lançamento da Secretaria de Mulheres do PSB Indaiatuba. O evento contou com a presença da presidente do PSB, Graziela Milani, da professora Lúcia França e do deputado Jonas Donizete.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO



Violência Política de Gênero no Brasil: Feminina

Como o machismo estrutural ainda é uma grande barreira entre as mulheres brasileiras e a igualdade de gênero na política

A participação política das mulheres no Brasil é marcada por desafios significativos, destacando-se entre eles a persistente violência de gênero. Este fenômeno, que se manifesta de diversas formas, desde a discriminação até agressões físicas e verbais, serve como um obstáculo à plena participação das mulheres nos espaços de poder. Com a proximidade das eleições municipais, que serão realizadas este ano, o debate acerca da questão já está pautado, assim como a urgência de medidas para combatê-la.

De acordo com o levantamento realizado pela Terra de Direitos e Justiça Global, a violência política de gênero acontece em maior parte pelos oponentes ou colegas das mulheres por meio de ameaças massivas virtuais.

A pesquisa ainda aponta que “nos casos em que foi possível identificar o sexo do autor da violência, os homens aparecem como autores em 100% dos casos de assassinatos, atentados e agressões e em mais de 90% dos casos de ameaças e ofensas”. (Lauris & Hashizume, 2020: 49)

Em entrevista recente ao programa “Bom dia, Ministra”, Cida Gonçalves, chefe da pasta da Mulher no governo Lula-Alckmin, falou sobre essa questão: “Nós temos, no segundo semestre, as eleições, temos quase mil municípios que não tem uma mulher vereadora. Mas as mulheres prefeitas são 12%. Esse ano o nosso desafio é eleger o máximo de mulheres, ter o máximo de mulheres referências no cenário nacional para que os partidos possam indicá-las para os cargos de ministério.”

As palavras de Cida ecoam a realidade da participação política feminina no Brasil. Segundo o Censo das Prefeitas (mandato 2021-2024), realizado pelo Instituto Alziras, **com mais de 673 prefeitas em exercício no país, 58% delas afirmam terem sofrido assédio ou violência simplesmente por serem mulheres.** Esse dado alarmante reflete não apenas a presença constante da violência política de gênero, mas também sua influência prejudicial na trajetória das mulheres na política.

Dora Pires, secretária Nacional de Mulheres do PSB, destacou que as mulheres ainda são encorajadas a desenvolver habilidades voltadas para tarefas de cuidados domésticos e outras tradicionalmente consideradas femininas, principalmente as meninas negras e de baixa renda. E que esse fator, contribui muito para a manutenção dessa sub representação e violência.



“ A participação política das mulheres no Brasil é marcada por desafios significativos, destacando-se entre eles a persistente violência de gênero. Este fenômeno, que se manifesta de diversas formas, desde a discriminação até agressões físicas e verbais, serve como um obstáculo à plena participação das mulheres nos espaços de poder. Com a proximidade das eleições municipais, que serão realizadas este ano, o debate acerca da questão já está pautado, assim como a urgência de medidas para combatê-la. Lamentou a secretária ”

Além das consequências individuais para as mulheres que enfrentam essa violência, há também impactos coletivos significativos. A falta de representação política feminina afeta diretamente a formulação de políticas públicas inclusivas e sensíveis ao gênero, perpetuando desigualdades e injustiças.

Um dos grandes desafios para combater este problema é a escassez de pesquisas e dados sobre o tema. A ausência de informações precisas dificulta a compreensão abrangente da questão e, conseqüentemente, a implementação de políticas eficazes. Reconhecendo essa lacuna, o Ministério das Mulheres estabeleceu uma parceria estratégica com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para investigar e analisar as políticas de enfrentamento à violência política de gênero, raça e etnia em países da América Latina e Caribe.

Com um investimento de R\$ 199,4 mil, essa iniciativa promete trazer à luz os mecanismos legais que oportunizam o avanço das mulheres nos espaços políticos, incluindo a paridade de gênero e a reserva de cadeiras. Além disso, pretende-se identificar as perseguições sofridas por mulheres que ocupam cargos políticos, fornecendo subsídios valiosos para o desenvolvimento de estratégias efetivas de combate à violência política de gênero no Brasil e na região.

Em última análise, a violência política de gênero não é apenas uma questão individual, mas um reflexo mais amplo das desigualdades de poder arraigadas em nossa sociedade. Somente por meio de esforços conjuntos, envolvendo instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil, poderemos construir um futuro onde todas as mulheres possam participar livremente e sem medo na vida política do país.



O que é a Violência Política de Gênero?

A violência política de gênero pode ser definida como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade.

Lei nº 14.192 de 4 de agosto de 2021

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais e dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral.

CARNAVAL SNM

SEJA CARNAVAL

Folia com diversão, respeito e saúde!



A campanha de Carnaval 2024 da Secretaria Nacional de Mulheres foi um sucesso! Com o tema base “Seja Carnaval”, todos puderam acompanhar as diversas mensagens sobre as questões mais emblemáticas da festa. O foco, era o “não é não”, porque as mulheres já estão cansadas de serem assediadas e sofrerem diversos tipos de violência em espaços de festas. Além disso, a SNM também destacou a importância do respeito a todas as formas de amor e amar e da paz entre as pessoas. **Clique aqui e veja nossa campanha!**

Também não ficaram de fora os alertas sobre a importância do uso da camisinha e, também, do “se dirigir, não beba”. Afinal, o carnaval é todo ano e queremos aproveitar a folia com muita saúde e alegria em 2025!

PROTOCOLO NÃO É NÃO

No início deste ano, o Governo Federal lançou o protocolo “Não é Não”, uma parceria entre as autoridades, estabelecimentos comerciais e produtores de festa, que visa promover espaços mais seguros para mulheres durante festas e eventos com venda de bebidas alcoólicas.

O protocolo prevê o combate a dois tipos de agressões a mulheres:

Constrangimento: caracterizado pela insistência – física ou verbal – sofrida pela mulher depois de manifestar discordância com a interação;

Violência: uso da força que resulte em lesão, morte, danos e outras previstas em lei.

Assim, caso haja algum indício destas duas situações, o estabelecimento parceiro deve:



- Proteger a mulher;
- Adotar as medidas de apoio previstas;
- Afastar a vítima do agressor, inclusive do seu alcance visual;
- Garantir à mulher a escolha de seu acompanhante;
- Colaborar para a identificação das possíveis testemunhas;
- Solicitar o comparecimento da Polícia Militar ou do agente público competente;
- Isolar o local específico onde existam vestígios da violência, até a chegada da Polícia Militar ou do agente público competente;
- Garantir o acesso às imagens à Polícia Civil, à perícia oficial e aos diretamente envolvidos;
- Preservar por, no mínimo, 30 dias, as imagens;
- Garantir os direitos da denunciante.

A lei possibilita que cada local crie um protocolo interno de alerta para eventuais abusos. Para barrar violências, os estabelecimentos poderão:



- Preservar a integridade física e psicológica da denunciante e subsidiar a atuação dos órgãos de saúde e de segurança pública eventualmente acionados;
- Retirar o ofensor do estabelecimento e impedir o seu reingresso nos casos de constrangimento;
- Criar um código próprio, divulgado nos sanitários femininos, para que as mulheres possam alertar os funcionários sobre a necessidade de ajuda.

Além disso, caberá aos estabelecimentos comerciais monitorar possíveis situações de constrangimento e indícios de violência.

Os eventos deverão dispor de pelo menos uma pessoa na equipe preparada para lidar com a situação. Os números da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher (180) devem estar em locais visíveis.

Na prática

Protocolos como este salvam vidas e podem garantir o acesso da mulher vítima de violência à Justiça. Casos internacionais, como o do jogador de futebol, Daniel Alves - condenado na Espanha por estuprar uma mulher em uma boate - mostram que equipes preparadas para situações de violência contra a mulher fazem muita diferença.

De acordo com as imagens da boate onde ocorreu o crime, a vítima saiu do banheiro bastante abalada, e logo é abordada por funcionários do local que, imediatamente, acionaram o protocolo para casos de agressão sexual. No mesmo momento, as pessoas que a abordaram a encaminharam para um local seguro onde ela foi orientada sobre como proceder. A polícia foi acionada, chegou ao local e a vítima foi encaminhada ao serviço médico, onde pode colher provas fundamentais para o processo e a condenação de Daniel Alves.

Em todo o andamento do caso, a vítima foi ouvida, respeitada e, assim como estabelece o protocolo, sua palavra não foi desacreditada com questionamentos como: “qual roupa você estava usando?”, “por que você entrou no banheiro com ele?”

“você beber demais?”, tão comuns em casos como este. O acolhimento e a segurança são fundamentais para que as vítimas sigam em sua busca por justiça e punição para abusadores como Daniel Alves. Por isso, é fundamental que protocolos como este sejam estabelecidos e seguidos.

MAMAS SAUDÁVEIS

O já tradicional bloco Mamas Saudáveis ocupou as ruas do Recife Antigo no pré-carnaval da cidade. Arrastando foliões - da concentração na Av. Rio Branco, à ponte Duarte Coelho e voltando ao ponto inicial - o bloco levou alegria, frevo e conscientização sobre a importância do exame preventivo do câncer de mama.

Como nos outros anos, o Mamas Saudáveis homenageou diversas pessoas pelo seu trabalho na defesa das mulheres, da cultura e/ou da política em geral, que foram:

Tereza Accioly, Luciana Felix, Gleide ngelo, Ana Lúcia Cabral, Tereza Leitão Eduarda Guedes, Mãe Lúcia de Oyá, Andréia dos Coelhos, Adilson Gomes

Também foram realizadas duas homenagens especiais: in memoriam, para a ex-secretária de cultura de Pernambuco, a atriz e escritora, Lêda Alves; e para o superintendente da Sudene e ex-deputado federal, Danilo Cabral, que estava presente no bloco.

No comando da folia estavam Dora Pires, secretária Nacional de Mulheres do PSB, e Niedja Guimarães, secretária Estadual de Mulheres de Pernambuco. Elas distribuíram o flabelo do bloco (miniatura do estandarte) para as homenageadas e homenageados e comemoraram o sucesso da 12ª edição do "mamas".

"Nós trabalhamos bastante pra colocar o bloco na rua! Mas, a participação de cada um é fundamental. Só temos a agradecer a todas, todos e todes que vieram e aos que trouxeram kits de higiene para trocar pelas camisetas - muitas mulheres serão ajudadas com essas doações. E agradecer também aos nossos patrocinadores pelo apoio para que essa festa aconteça. Muito obrigada e ano que vem tem mais", comentou Dora Pires.



No percurso, o bloco prestigiou a subida do Galo da Madrugada, símbolo do maior bloco carnavalesco do mundo, em festa realizada pela Prefeitura do Recife, sob comando do prefeito João Campos (PSB/PE). **Clique aqui e confira!**

SNM NO 8 DE MARÇO

Ainda no tema das eleições 2024, a Secretaria Nacional de Mulheres do PSB desenvolveu a campanha: “O BRASIL DELAS - Por mais mulheres ocupando seus espaços na política”, com objetivo de fomentar, fortalecer e promover a participação das mulheres como candidatas e, também, para alertá-las sobre as formas de violência política de gênero. **Clique aqui e veja nossa campanha**



Além da campanha, a secretária Nacional, Dora Pires, esteve presente ao evento oficial do Legislativo brasileiro este ano: a sessão solene “Março Mulher” que teve a participação das ministras Cida Gonçalves (Ministério das Mulheres), Anielle Franco (Ministério da Igualdade Racial) e Edilene Lôbo (Tribunal Superior Eleitoral). Diversas parlamentares também estiveram no Plenário da Câmara dos Deputados, entre elas: Lídice da Mata, Benedita da Silva, Maria Arraes e Jandira Feghalli. A apresentação cultural foi realizada pelas mulheres do grupo percussivo Batalá.



Marielle Franco:

“ Pensaram que iam nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes ”

Outro destaque do Mês da Mulher é o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, ocorrido em 14 de março, data em que a vereadora Marielle Franco (Psol/RJ) foi assassinada - juntamente com seu motorista Anderson Gomes - em 2018.

A data foi criada a partir do Projeto de Lei nº 1.086 de 2023 e busca honrar a memória de Marielle, que era militante pelos direitos humanos e igualdade de gênero e raça. O dia será também um marco permanente no combate à violência política e na promoção da igualdade de direitos de todas, todos e todes, independente de gênero ou raça.

#mêsdamulher

O BRASIL DELAS
Por mais mulheres ocupando seus espaços na política

FORÇA

14 DE MARÇO
DIA NACIONAL MARIELLE FRANCO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA

Do luto à luta: por um Brasil onde meninas e mulheres não sejam mortas por buscarem ocupar os espaços de poder e decisão.

LU TA

Secretaria Nacional de Mulheres do PSB

PSB40



MINISTÉRIO DAS MULHERES

em 2024



O Ministério das Mulheres, recriado em 2023 no início da gestão Lula-Alckmin, é o órgão nacional de promoção de políticas voltadas para as meninas e mulheres do Brasil. No três primeiros meses de 2024, o MMULHERES realizou diversas ações, destacando-se entre elas:

Lançamento, em fevereiro, do Painel Ligue 180. De forma inédita, a nova ferramenta traz o levantamento dos 2.576 serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência no país, atualmente cadastrada na central Ligue 180. **Disponível neste link!**

Criação do Grupo de Trabalho para Elaboração de Estratégias para o Enfrentamento à Violência Política de Gênero contra Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Trans/Travestis. Coordenado pela pasta, o Grupo se reunirá para elaborar o mapeamento e diagnóstico da participação política das mulheres LBTs, preparar materiais de conscientização e prevenção à violência política de gênero e desenvolver estratégias para enfrentar a desinformação, fake news e toda a cultura de ódio cometida e propagada na internet contra mulheres LBTs. O resultado dos levantamentos, debates e produções deve ser apresentado ao MMulheres ao final do período de atividade do grupo, que é de 180 dias.

Início das atividades do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres no âmbito do G20. Durante a presidência brasileira, sob a coordenação do Ministério das Mulheres, serão temas centrais:

- 1) Igualdade, que será discutida por meio dos eixos Igualdade e Autonomia e Trabalho e Políticas de Cuidado;
- 2) Enfrentamento à misoginia e às violências; e Justiça climática.

Acesse para mais informações



Divulgação, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Acesse para mais informações

Inaugurações:



- Centro de Referência de Atendimento à Mulher, em Hortolândia, região de Campinas, no interior de São Paulo. Ao todo, o equipamento contou com R\$ 937 mil do Governo Federal e contrapartida de R\$ 65 mil da prefeitura em investimentos para obras e equipagem;
- Centro de Referência da Mulher Brasileira de Jataí, em Goiás. O Centro oferece atendimento humanizado e multiprofissional às mulheres em situação de violência, com equipes multifuncionais de apoio psicossocial e jurídico, em espaço de 160m². O investimento para a construção e equipagem do centro foi de R\$ 830 mil, por meio de emenda parlamentar.
- Centro de Referência da Mulher Brasileira em Cidade Ocidental, em Goiás. A obra contou com o investimento de R\$873.807,00 do Governo Federal por meio de emenda parlamentar e a contrapartida municipal foi de R\$43.807,00.
- Casa da Mulher Brasileira de Teresina: o investimento do Governo Federal para a construção da unidade foi de R\$5,5 milhões. Ela ocupa 3,6 mil metros e oferecerá assistência a mulheres vítimas de violência em estrutura que contempla serviços de triagem, acolhimento, alojamento, apoio psicossocial e jurídico e promoção de autonomia econômica, além de brinquedoteca para as crianças.
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para a construção das unidades da Casa da Mulher Brasileira nos municípios de Corumbá/MS e Dourados/MS; e para três CMB em Pernambuco (Recife, Caruaru e Petrolina).

- Viagens para escuta das mulheres em regiões como as comunidades de Heliópolis (SP) e nas palafitas de Recife (PE).
- Realização de 2 oficinas de Governo para a implementação da Casa da Mulher Indígena - novo equipamento do Governo Federal voltado especificamente ao atendimento das mulheres indígenas em situação de violência em seus territórios. A Casa da Mulher Indígena prevê a entrega de um aparelho por bioma (Caatinga, Pampa, Pantanal, Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica) priorizando os territórios indígenas com maior índice de violência contra mulheres.



- Novas adesões ao Brasil sem Misoginia, como Ministério do Turismo, Sebrae e Correios.
- Parceria e acordos técnicos para pesquisas, como a realizada com o Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que identificou e classificou 1.565 anúncios publicitários dirigidos às mulheres como sendo problemáticos, irregulares ou ilegais/fraudulentos; e a que irá pesquisar o cenário da violência política de gênero e paridade na América Latina e Caribe.
- Parceria com a Uber para o enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de uma campanha de divulgação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Editais/Portarias/Decretos/Leis:

Chamada pública Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação, no valor de R\$ 100 milhões, para apoiar projetos que estimulem o ingresso, a formação e a permanência de meninas e mulheres nas Ciências Exatas, Engenharias e na Computação. A iniciativa é conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Mulheres e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Portaria conjunta que institui o Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver no âmbito do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Povos Indígenas. Entre os objetivos do programa estão fomentar iniciativas socioeconômicas promovidas por coletivos de mulheres indígenas, incentivar o protagonismo das mulheres indígenas e suas organizações e fortalecer as redes de proteção e ação coletiva entre mulheres indígenas, visando a promoção, a garantia de direitos e a prevenção às violências.

Edital para selecionar projetos voltados ao fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM), com incentivo de até R\$ 250 mil por proposta. Ao todo, serão investidos R\$ 3 milhões, sendo R\$ 2,1 milhões para bens de capital e R\$ 900 mil para custeio.

Decreto do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com orçamento previsto de R\$ 2,5 bilhões e participação de 11 ministérios.

Instalação de quatro fóruns nacionais voltados para a elaboração, promoção e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres do movimento Hip-Hop; do campo, da floresta e das águas; quilombolas; da pesca, aquicultura artesanal e marisqueiras. As instalações devem garantir espaços de diálogo e debates sobre desigualdades, acesso a políticas públicas, ações afirmativas, igualdade de gênero, enfrentamento à misoginia e aos diversos tipos de violência que afetam essas mulheres.

Lançamento da Agenda Transversal Mulheres, uma parceria do Ministério do Planejamento e Orçamento com o Ministério das Mulheres. **Clique aqui e saiba mais!**

Para conhecer as principais ações do Ministério das Mulheres em 2023, **acesse aqui.**

Entrevista com a ministra Cida Gonçalves:



SNM: Diversas pesquisas recentes apontam que - apesar dos avanços e dos esforços do governo Lula/Alckmin - os números relacionados aos diversos tipos de violência contra a mulher ainda são muito alarmantes no Brasil. A quais fatores a senhora atribui essas estatísticas e de que forma o Ministério acredita que possa combater este problema?

Cida Gonçalves: A normalização da misoginia, que é o discurso de ódio contra as mulheres, é um fator determinante. Os últimos anos foram marcados por um processo de desmonte de políticas públicas, por discursos de inferiorização das mulheres. Somado a isso, houve aumento na circulação de armas de fogo. Tudo isso contribui para o aumento de casos de violência contra a mulher.

No Ministério das Mulheres, nós temos buscado dialogar com diversos setores da sociedade. Neste sentido, lançamos, no ano passado, a iniciativa Brasil sem Misoginia, que nos impulsiona não apenas a refletir sobre a condição das mulheres no Brasil, mas também a traçar estratégias e fomentar ações que promovam os direitos das mulheres, a sua segurança e a garantia de uma vida digna.

Em março deste ano, lançamos um plano com 73 ações do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios, envolvendo 10 ministérios - hoje a nossa ferramenta principal na proteção às mulheres. Importante ressaltar que as políticas para mulheres não são executadas somente pelo Ministério das Mulheres, são transversais e envolvem todo o governo federal.

SNM: Estamos em ano de eleições municipais e a violência política de gênero e a sub-representação das mulheres na política são assuntos que aparecem bastante nesse período. Como a senhora enxerga essas questões e como avançar?

Cida Gonçalves: Ainda temos, no Brasil, um cenário de forte sub-representação das mulheres nos espaços políticos. Essa desigualdade entre mulheres e homens nos espaços de poder e decisão evidencia a urgência de mecanismos que viabilizem não apenas as campanhas das candidatas, como também que garantam a existência dessas cadeiras no Congresso Nacional e no Poder Executivo. As cotas de 30% das candidaturas, por exemplo, não têm funcionado e ainda assim quase foram reduzidas.

O Brasil é o penúltimo colocado em número de mulheres no Parlamento da América Latina e Caribe. Neste sentido, as eleições de 2024 se apresentam como nossa prova de fogo, o momento crucial para dizermos à sociedade que reconhecemos que sem as mulheres não há democracia possível.

Nos últimos meses, o Ministério das Mulheres coordenou as discussões do Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, quando pudemos ouvir diversas lideranças comunitárias, parlamentares, e demais mulheres que estão travando lutas pela garantia de direitos. Também trabalham em parceria conosco os ministérios dos Povos Indígenas, da Justiça e Segurança Pública, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e da Cidadania. Nós temos nos empenhado em realizar diagnósticos sobre as situações de violência política contra a mulher em todas as suas versões.

Estamos em movimento porque compreendemos que há uma pluralidade de mulheres neste país e uma diversidade de situações nas quais a violência política se evidencia; por isso, tenho enfatizado o tema em cada audiência pública, visitas aos estados, reuniões com lideranças e encontros com a sociedade civil, porque a arena política precisa estar ocupada pelas mulheres e nós temos o compromisso de garantir que esse seja um ambiente seguro para todas.

SNM: Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que 45% das mulheres vítimas de violência se calam diante das agressões e, destas, 20% afirmaram não ter buscado a polícia por não acreditarem que seriam protegidas. Como estabelecer uma confiança nas instituições públicas entre estas mulheres?

Cida Gonçalves: Estamos dialogando com as gestoras de políticas públicas para mulheres nos estados e municípios para que haja capacitação constante de toda a equipe que atua na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, desde as equipes de saúde, assistência social, da segurança pública. No âmbito do Ministério, estamos também capacitando, constantemente, as atendentes do Ligue 180, para que elas possam sempre oferecer um atendimento humanizado e orientar de forma correta todas as mulheres que nos procuram por meio deste canal. Já fizemos capacitações sobre os diversos tipos de violências sexuais, exploração sexual de crianças e adolescentes, sobre como a misoginia atinge as mulheres, LBTfobia, racismo, entre outras.

**Acompanhe nossas redes sociais
e fique por dentro de tudo relacionado
à pauta de gênero.**



[/mulherespsb40](#)



[/mulherespsb](#)



[/mulherespsb40](#)